

A GUERRA CIVIL NA EX IUGOSLÁVIA. A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL, SOB A É- GIDE DA ONU, NA FORÇA DE PROTEÇÃO DA EX-IUGOSLÁVIA.

“A manutenção da paz não é tarefa para soldados, mas somente eles podem fazê-la.” “Dag Hammarskjöld” Secretário Geral da ONU (1953-1961)

Márcio Bonifácio Moraes ()*

Introdução

A desintegração do regime comunista na Europa ensejou uma série de transformações geopolíticas em todo o Leste do continente. Alianças foram desfeitas e povos readquiriram sua soberania. Em alguns países, essa transição ocorreu de maneira pacífica ou com perturbações sociais localizadas. Entre-tanto, na República Federativa Socialista da Iugoslávia, o processo deu-se de forma conturbada.

País considerado próspero, razoavelmente independente das decisões soviéticas, modelo econômico para o bloco socialista, a Iugoslávia, em 1991, viu-se mergulhada em uma guerra civil sem precedentes. As imagens de extrema violência e barbárie cometidas contra a população civil, consternaram a opinião pública mundial.

Em decorrência de pressões exercidas pela Comunidade Econômica Européia (CEE), a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou gestões junto aos seus países

membros para o envio, à Iugoslávia, de uma força internacional, com o propósito de criar condições mínimas para a assinatura de um acordo de paz e de remeter ajuda humanitária às populações atingidas. Essa força passou a denominar-se “United Nations Protection Force” (UNPROFOR), da qual é parte integrante uma equipe de Observadores Militares brasileiros, composta por oficiais das Forças Armadas, e que vem atuando na área desde 1992.

O presente trabalho tem o propósito inicial de identificar as causas históricas que contribuíram para o início da guerra civil, bem como tecer considerações sobre a participação da ONU no conflito.

Posteriormente, serão relatadas as experiências de guerra vividas no campo psicossocial, e analisada a participação brasileira na UNPROFOR, com seus possíveis reflexos no preparo do Poder Militar e, em particular, no Poder Naval brasileiro.

Na conclusão, serão apresentadas as perspectivas futuras para a

região balcânica, e enfocada a importância do engajamento crescente do Brasil, nas Operações de Paz.

Síntese histórica sobre os Balcãs

Para que seja possível um perfeito entendimento sobre as razões que levaram o povo iugoslavo à guerra civil em 1991, é necessário realizar uma breve retrospectiva histórica. Foi definido como marco inicial o ano de 395 d.C., quando o Imperador Teodósio, tomando como referência os rios Danúbio, Sava e Drina repartiu entre seus dois filhos o Império Romano (vide mapa do anexo a). O Império do Oriente cujo governo foi confiado ao primogênito Arcádio, compreendia os territórios onde atualmente se situam a Albânia, Montenegro, e a Sérvia. O do Ocidente, que coube a Honório, encontrava-se a Croácia, incluindo a costa da Dalmácia até Dubrovnik, e a maior parte da Bósnia. Dessa divisão política resultaram significativas implicações religiosas, pois o Império do Oriente seguiu o Patriarca Ortodoxo de Constantinopla e o do Ocidente foi submetido a Roma.

A partir do século VI, a região balcânica foi invadida pelos eslavos. Esses alcançaram os montes Carpatos e mais tarde o Danúbio, para finalmente se instalarem ao sul desse rio numa vasta área.

Os invasores não hesitaram em adotar as culturas e religiões praticadas nos seus novos territórios. Na Croácia e na Bósnia abraçaram o ritual católico e o alfabeto latino. Na Sérvia e no Montenegro, o ritual ortodoxo e o alfabeto cirílico.

Em meados do século XIV, começou a invasão Turca. Seu domínio sobre os países eslavos durou, conforme as Regiões ocupadas, de quatro a cinco séculos, durante os quais as fronteiras do Império Otomano sofreram constantes modificações.

Ao final do século XVII, os austríacos iniciaram a reconquista dos Balcãs. Em 1739, a fronteira Austro-Húngaro fixou-se nos rios Seva e Danúbio e nos alpes Dináricos, que dominam o mar Adriático. Esta linha separou, até 1878, o Império Otomano dos seus vizinhos cristãos e coincide exatamente com a fronteira atual entre as repúblicas da Bósnia-Herzegovina e da Croácia.

Os otomanos, regra geral, não procuraram converter os seus súditos ao islamismo. A razão foi meramente econômica, uma vez que os fiéis do profeta Maomé estavam isentos do pagamento de impostos. Embora muitas igrejas tenham sido transformados em mesquitas, os conquistadores não impediram a prática dos cristãos.

Uma das mais significativas conseqüências do conflito entre os

impérios Otomano e Austro-Húngaro, foram as migrações sérvias que ocorreram de Sul para Norte e de Leste para Oeste. Os austríacos, tomando conhecimento da admirável capacidade guerreira dos refugiados sérvios, instalaram-nos nas terras devastadas pela guerra, confiando-lhes a defesa da frente de combate. Surgiu, assim, uma faixa de terra na Croácia, denominada “Vojan Krajina”(Fronteira Militar). Esse episódio do qual foi protagonista o povo sérvio, juntamente com a “doação” de territórios originalmente croatas, foram aspectos significativos nas divergências entre esses dois povos.

Em 1908, a Áustria concluiu a retomada da região balcânica, tentando incorporar parte desse território ao Império. O fato desagradou croatas e sérvios. Em 28 de junho de 1914, o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austro-húngaro, foi assassinado durante visita a Sarajevo por um extremista sérvio, ensejando, um mês após, o início da Primeira Guerra Mundial.

Em 1918, surgiu a idéia de unir, em um só reino, todos os eslavos do Sul. Assim, no dia 01 de dezembro, foi formado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, posteriormente denominado Reino da Iugoslávia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia foi invadida pelo exército alemão. A ocupação do país

ensejou o surgimento de dois movimentos de resistência dos quais destacou-se o denominado “Partisan”, liderado por um antigo militante bolchevista de nome Josip Broz, mais conhecido como “Tito”. Com o apoio dos aliados, Tito retomou o território ocupado e, ao término da guerra, após um plebiscito, ascendeu ao poder na Iugoslávia, instaurando no país um regime semelhante ao federalismo soviético. Em 1948, Tito rompeu politicamente com Josep Stalin, efetuando profundas reformas econômicas e sociais, dividindo a Iugoslávia em seis repúblicas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro e Macedônia; e duas províncias autônomas: Kosovo e Voivodina, conforme ilustrado no mapa do anexo b.

No que se refere especificamente a Bósnia-Herzegovina, formada etnicamente por sérvios e croatas, Tito consentiu a prática etnicamente por sérvios e croatas, Tito consentiu a prática da Religião islâmica, introduzindo nessa república um novo conceito étnico – o muçulmano – ate então inexistente. Esse fato iria constituir, posteriormente, em outra causa do conflito na Bósnia.

Durante a gestão de Tito, o país viveu um período de relativa prosperidade. A partir de 1973, em decorrência da crise do petróleo, a economia entrou em processo de deterioração progressiva. Em 4 de

maio de 1980, Tito faleceu, iniciando-se, assim, a disputa pelo domínio político da Federação Iugoslava.

A desintegração da Iugoslávia e a Guerra Civil

Em 1985, com a chegada de Mikhail Gorbachev ao Kremlin, teve início um movimento que defendia a necessidade de um distensão com o Ocidente, e, introduzia profundas reformas políticas e econômicas, na então União Soviética. Esse processo influenciou politicamente os países do Leste Europeu, e desestabilizou a região balcânica. Na Sérvia, a mais importante e populosa das repúblicas iugoslavas, a mudança ocorreu justamente no sentido oposto, tendo como responsável Slobodan Milosevic, presidente da Liga dos Comunistas da República. Em 1987, com o apoio do Exército Federal Iugoslavo (cuja maioria da oficialidade era de origem sérvia) e do aparelho comunista, assumiu o controle da televisão de Belgrado e do periódico “Politika”. Milosevic agarrou-se à bandeira do nacionalismo sérvio condenando a política econômica até então vigente, e a divisão do país em repúblicas e províncias autônomas realizada por Tito, Apoiado em um Memorando elaborado pela Academia de Ciências de Belgrado, passou a propagar a união de todos em torno do plano de construir uma “grande Sérvia”.

Em outubro de 1988, durante uma visita a província autônoma de Voivodina, forçou a demissão coletiva de seus dirigentes, substituindo-os por pessoas de sua confiança. Na Croácia eclodiram vários motins conduzindo à exacerbação das tensões étnicas nas áreas rurais, onde viviam 200.000 dos 600.000 sérvios.

Em meados de 1989, já não haviam entidades federais distintas como no tempo de Tito, mas um bloco sérvio homogêneo, controlado por Milosevic.

Ainda em 1989, a Croácia iniciou sua marcha para a independência e democracia. Surgiram os primeiros partidos não-comunistas: a União Democrática Croata (HDZ) e o Partido Social-Liberal Croata.

Em 20 de janeiro de 1990, durante um congresso da Liga dos Comunistas Iugoslavos, os representantes da Eslovênia apresentaram uma proposição que outorgava independência plena aos partidos comunistas de cada república. O texto foi rejeitado pelos sérvios, provocando o desligamento das delegações da Eslovênia e Croácia.

Ao longo do ano, atuando como entidades separadas, todas as repúblicas realizaram, pela primeira vez desde 1927, eleições livres. Na Croácia, sagraram-se vitoriosos os nacionalistas do HDZ liderados por Franjo Tudjman. Na Eslovênia foi

eleito o comunista Milan Kucan, Na Bósnia-Herzegovina, os três partidos nacionais mantiveram a sua coligação, elegendo o muçulmano Alia Izetbegovic. Na Macedônia, venceu o Partido Comunista, representado por Kiro Gligorov.

Na Sérvia e no Montenegro os vencedores foram os comunistas Slobodan Milosevic e Momir Bulatovic, respectivamente.

O desmembramento da Liga dos Comunistas Iugoslavos (LCI) e os diferentes rumos dos processos eleitorais, deixaram a Iugoslávia politicamente dividida e à beira de uma guerra civil. Ainda sobreviviam três instituições federais: a presidência, o governo e o exército.

A presidência integrada por um representante de cada república já não se reunia mais em Belgrado. O governo federal era um organismo quase impotente. A única instituição que continuava ativa era o exército, esse estreitamente controlado pelos sérvios.

Em novembro de 1990, os governos da Eslovênia e da Croácia adotaram medidas para colocar sob controle as respectivas forças de defesa territoriais. A iniciativa recebeu a desaprovação do Alto Comando do Exército Federal Iugoslavo.

No mês de julho de 1991, o governo da Croácia já havia perdido totalmente o controle sobre a área

de Knin.

Novos incidentes eclodiram, também, na região da Eslavônia Oriental (Croácia). Em uma vila chamada Borovo Selo, às margens do Danúbio, ocorreram violentos combates entre policiais croatas e milicianos sérvios.

Em 15 de maio de 1991, expirou o mandato do sérvio Borislav Jovic, na presidência da Iugoslávia. De acordo com a rotação de cúpula prevista por Tito, um croata deveria assumir o cargo. Neste caso, a vez cabia a Stipe Mesic, membro destacado do HDZ croata, e pessoa ligada a Franjo Tudjman. Os quatro representantes do bloco sérvio (Sérvia, Montenegro, Voivodina e Kosovo) votaram contra Mesic, ao contrário da Croácia, Eslovênia, Macedônia e Bósnia. O empate bloqueou o sistema, ficando a Iugoslávia sem Chefe de Estado.

A 25 de junho de 1991, a Croácia e Eslovênia declararam-se independentes, iniciando-se, assim, a guerra civil.

O governo da Sérvia tentou sufocar o movimento separatista, enviando forças federais com o objetivo de manter a unidade territorial, e de proteger os sérvios que habitavam as Regiões da antiga “Vojna Krajina”. A luta na Eslo-vênia durou cerca de duas semanas, e terminou com a retirada das forças federais. Entretanto, na Croácia,

várias Regiões foram ocupadas por forças sérvias. Foi, assim, materializada a criação da “República Autônoma dos Sérvios na Krajina”(RSK), cuja capital passou a ser a cidade de Knin.

A Participação da ONU na Guerra Civil da ex-Iugoslávia

Em 03 de janeiro de 1992, sob a égide do ex-Secretário de Estado Norte Americano e enviado especial da ONU Cyrus Vance, foi assinado, em Sarajevo, um plano de paz entre a Sérvia e a Croácia, o qual previa a implementação de um cessar-fogo e a criação de uma força internacional de paz que desse suporte ao plano. Apesar do Acordo, a situação nos territórios ocupados se manteve inalterada, com a continuidade dos combates e freqüentes violações dos direitos humanos. Com o propósito de conter os conflitos emergentes, foi implementada a missão que se denominado “United Nations Military Liaison Officers for Yugoslavia (UN NLO-Y). Em razão de seu caráter emergencial foi composta, inicialmente, por Observadores Militares deslocados de outras missões da ONU.

Posteriormente, em 21 de fevereiro foi criada, por intermédio da Resolução n.º 743 do Conselho de Segurança (CS), a “United Nations Protection Force” (UN-PROFOR). Essa força teve o seu mandato

aprovado para atuar, inicialmente, no território da República da Croácia. Sua primeira tarefa foi a de estabelecer condições mínimas de segurança, a fim de que se tornasse possível o cumprimento do Acordo de Paz. Com esse propósito, o CS criou nas partes do território da Croácia, ocupadas pelos sérvios, as denominadas Áreas sob Proteção das Nações Unidas (UNPAs), em número de três: Eslavônia Ocidental, Eslavônia Oriental e Krajina (vide mapa do anexo c). Militarmente elas foram divididas em quatro setores: Leste, Oeste, Norte e Sul, todos controlados por Batalhões, Monitores de Polícia e Observadores Militares (UNMOs). As linhas de confrontação foram ocupadas por essas forças, para que fosse mantido um distanciamento físico entre as partes em conflito.

Em 03 de março de 1992, a exemplo da Croácia e da Eslovênia, o governo da Bósnia-Herzegovina proclamou a sua independência, contribuindo ainda mais para o agravamento das tensões na região balcânica. Insatisfeitos com a situação, os sérvios vivendo em território bósnio, criaram a “República Autônoma da Sérvia na Bósnia-Herzegovina”, com capital na cidade de Pel. Mais bem armados, sem detença, cercaram os enclaves muçulmanos de Sarajevo, Zepa, Gorazde, Srebrenica, Tuzla e Bihac (vide mapa do anexo d).

Os objetivos estratégicos mais importantes para os bósnios-sérvios eram o de manter: a) um corredor ao norte da Bósnia, através da região de Brcko, ligando o território sérvio à recém proclamada “República Autônoma dos Sérvios na Krajina”(RSK); b) uma passagem pelo vale do Rio Drina para unir a Sérvia aos territórios ocupados pelos bósnios-sérvios ao Sul; c) o Corredor de Neretva, por ser a via mais direta entre Sarajevo e o Mar Adriático; d) o Bolsão de Bihac, importante comunicação entre a RSK e os bósnios-sérvios e, e) Sarajevo, capital da Bósnia.

A guerra na Bósnia assumiu proporções muito maiores do que na Eslovênia e Croácia. Os enclaves foram virtualmente impossibilitados de qualquer comunicação externa, seja quanto ao recebimento de gêneros, seja ao de medicamentos. O exército bósnio-sérvio, superior em pessoal e equipamento, mantinha os enclaves sob contínuo fogo de artilharia, procedendo também à chamada “purificação étnica”.

Em abril, por meio da Resolução n.º 776 do CS, a UNPROFOR tece o seu mandato ampliado, passando a atuar também na Bósnia. Vários batalhões e Observadores foram transferidos da Croácia e posicionados nessas áreas, permitindo um melhor controle dos acontecimentos. Ampliando sua atuação, foi aprovado pelo CS uma Resolução proi-

bindo todos os vôos militares no espaço aéreo bósnio, exceto àqueles da UNPROFOR. A realização dessa tarefa foi feita com apoio de aeronaves da OTAN (operação “Deny Flight”).

Ainda nesse mês, foi decretado o embargo total à Sérvia e Montenegro (Resolução n.º 820 do CS). Em decorrência, foi levada a cabo no Mar Adriático a operação denominada “Sharp Guard”, que teve como tarefa impedir a movimentação de navios transportando mercadorias proibidas pelo embargo. A operação contou com a presença de navios e aeronaves da OTAN.

Prevendo o envolvimento da recém proclamada República da Macedônia na guerra civil, o CS determinou o posicionamento de forças de UNPROFOR naquela região, em dezembro de 1992.

A UNPROFOR teve o seu Quartel General estabelecido, inicialmente, em Sarajevo, e, posteriormente transferido para Zagreb. Contou com um efetivo aproximado de trinta e cinco mil militares, oriundos de trinta e dois países, tendo sido considerado a maior operação militar realizada no continente europeu, após a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante todos os esforços despendidos pela ONU na resolução da guerra civil na ex-Iugoslávia, a UNPROFOR foi razoavelmente bem

sucedida na mediação do conflito entre a Croácia e a Sérvia, e na prevenção de que o mesmo se estendesse até a República da Macedônia. Permaneceu latente o conflito na Bósnia-Herzegovina, não obstante várias tentativas infrutíferas de se negociar a paz. Ao final de 1994, os bósnios-sérvios já dominavam cerca de 70% do território da Bósnia, permanecendo reticentes quanto a aceitação de qualquer acordo de paz que viesse reduzir esse percentual.

Em 31 de março de 1995, o Conselho de Segurança da ONU resolver desdobrar a missão em três comandos. Essa divisão teve o principal propósito de concentrar seus esforços na Bósnia, e ficou assim constituída:

United Nations Confidence Restoration Operation (UNCRO) – com QG localizado em Zagreb (Croácia) e tarefa específica de monitorar a situação dos territórios ocupados pelos sérvios na Croácia;

United Nations Prevention Deployment Force (UNPREDEP) – com QG localizado em Skopje (Macedônia), e contando com um pequeno efetivo, teve a atribuição de manter a paz naquele país; e

United Nations Protection Force (UNPROFOR) – com QG situado em Sarajevo (Bósnia). Esse Comando teve a sua estrutura modificada e

reforçada, para fazer frente a crise na Bósnia-Herzegovina.

Entretanto, a partir de maio de 1995, a situação na Bósnia se tornou crítica com a ofensiva bósnio-sérvia contra os enclaves de Zepa e Srebrenica, considerados Áreas sob Proteção da ONU. O próprio contingente da UNPROFOR foi alvo de uma série de ações hostis por parte das forças bósnio-sérvias.

A comunidade internacional, não podendo mais aceitar a humilhante situação em que se encontrava as forças de paz da ONU, decidiu pela criação de uma força de intervenção, que teria a tarefa de efetuar uma retirada, em emergência, de todo o contingente militar da ONU. Ato contínuo, a OTAN desencadeou uma série de operações aéreas contra alvos militares bósnio-sérvios.

Contribuindo para o agravamento da situação, em 05 de agosto, o exército da Croácia iniciou uma ofensiva surpresa (“Operação Tempestade”) contra as forças sérvias que ocupavam seu território, e haviam constituído a autoproclamada “República Autônoma dos Sérvios na Krajina”. Em poucos dias lograram recuperar a cidade de Knin e outras partes ocupadas. Permaneceu em poder dos sérvios apenas a região da Eslavônia Oriental, em razão de sua proximidade com a fronteira da Sérvia.

Ao final de agosto, pela primeira

vez em quatro anos de guerra civil, e premidos por forte pressão internacional, especialmente dos Estados Unidos, as partes beligerantes concluíram que era urgente a busca de uma via que viesse trazer a paz aos territórios da ex-Iugoslávia. Assim sendo, os líderes das facções se reuniram em Dayton – EUA, para traçarem as linhas gerais de um acordo de paz. Após demoradas discussões, em 21 de novembro de 1995 foi assinado o “Acordo de Dayton”, cujos principais pontos destacam-se:

- a Bósnia-Herzegovina se converteria em um Estado unificado composto de diferentes entidades (a Federação Bósnia-Herzegovina e a República Sérvia, vide mapa do anexo e). Conforme previsto, o novo Estado seria dotado de instituições federais e uma constituição única. À Federação Bósnia (composta por bósnios e croatas) caberiam 51% do território. Os 49% restantes seriam dos bósnios-sérvios;
- a antiga capital da Bósnia, Sarajevo, permaneceria unificada no território da Federação, e aberta a todas etnias;
- Ficou estabelecido que a partir do início da aplicação do Acordo, e dentro do prazo de um ano, seriam celebradas eleições livres e democráticas (adiadas para o fim de 1997), sendo esperado que os refugiados votem nos locais

originais da residência;

- Acordo prevê a devolução pelos sérvios, até o final de 1997, da região da Eslavônia Oriental, única parte do território da Croácia ainda sob intervenção da Sérvia; e
- protocolo obriga as partes em cooperarem na identificação e captura de criminosos de guerra e pessoas acusadas de violação dos direitos humanos, submetendo-os ao Tribunal de Crimes de Guerra em Haia.

Um dos aspectos mais importantes do Acordo, foi a garantia de total liberdade de movimento, para que os milhares de refugiados tenham o direito de retornar às suas cidades de origem.

Para que o “Acordo de Dayton” pudesse ser implementado, foi constituída uma força multinacional sob o comando da OTAN, composta por cerca de 60.000 militares, e que passou a se denominar “Implementation Force” (IFOR). A transferência de responsabilidade do controle das operações da ONU para a OTAN foi realizada em 20 de dezembro de 1995, na cidade de Sarajevo.

A participação da ONU ficou restrita apenas a monitoração do “Acordo de Dayton” na região ocupada da Croácia, por intermédio de uma nova missão denominada “United Nations Transitional

Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium (UNTAES), a continuidade da missão UNPREDEPFOR na Macedônia e coordenação da ajuda humanitária em toda área da missão.

Experiências Vividas no Campo Psicossocial

A idéia geral que se tinha sobre a Iugoslávia era a de um país estável, e que a guerra civil teria sido a responsável pela destruição da unidade do Estado. Na realidade, ela jamais foi unida ao longo dos anos, e, somente uma tênue atmosfera de paz encobria essa desunião.

Nos últimos anos, a Iugoslávia vinha tropeçando de crise em crise, e, por vezes, esteve à beira da desintegração. Embora a centelha que deflagrou a guerra tenha sido política, as causas fundamentais da cisão foram antigas rivalidades étnicas e religiosas profundamente enraizadas. Em verdade, a Federação Iugoslava jamais passou de uma amálgama de povos reunidos no interesse e benefício da política.

Os iugoslavos eram, em sua maioria, descendentes de quatro povos ou etnias: sérvios, croatas, eslovenos, macedônios e membros desses povos convertidos ao islamismo, em razão da invasão otomana. Os muçulmanos eslavos jamais se distinguiram como nação. Todavia, durante o período de Tito, foi-lhes

permitido constituir uma etnia própria.

Sérvios e croatas sempre divergiram ao longo da história. Após a Segunda Guerra, o acirramento do ódio entre eles cresceu, pois os croatas aliaram-se às forças do Eixo e, dentro do conceito de “purificação étnica”, exterminaram considerável parcela da população sérvia que habitava a chamada “República Autônoma dos Sérvios na Krajina”.

Muitos prisioneiros conseguiram sua libertação, através da intervenção de organismos internacionais, e, atualmente, encontram-se internados em campos para refugiados ou migraram para outros países da Europa. Os sérvios não pouparam, também, os católicos romanos, procedendo a destruição de maior parte dos templos e monastérios, implementando a obrigatoriedade do culto e tradições ortodoxas.

Na Bósnia-Herzegovina, em decorrência de sua posição geográfica, a situação se apresentou de forma mais crítica, pois os enclaves muçulmanos foram totalmente confinados pelos bósnio-sérvios. Após negociações, a ONU e outras entidades internacionais lograram iniciar a remessa, por via terrestre, de material de ajuda humanitária às populações isoladas. Todavia, alguns enclaves como Zepa, Gorazde e Srebrenica permaneceram sitiados, tornando-se necessária uma ação coordenada pela ONU e OTAN

(Operação “Provide Promise”) que realizou o lançamento de alimentos, medicamentos e agasalhos por pára-quedas.

Os bósnios que habitavam as cidades sitiadas viviam em situação extremamente precária, carecendo dos serviços considerados básicos e valendo-se do “mercado negro” para aquisição de mantimentos, fato que se agravava nos meses de inverno. Após o posicionamento das forças da ONU nos enclaves, tornou-se possível um melhor acompanhamento e controle.

A travessia de forças da ONU e comboios humanitários por território sérvio era dificultado pelos constantes entraves burocráticos, gerados em seus postos de fronteira. A situação se agravou quando as forças da OTAN realizaram operações aéreas contra posições sérvias, como foi o caso do ataque ao enclave de Gorazde, em abril de 1994, e a Sarajevo em 1995. Nessa ocasião, os sérvios aprisionaram, em quateís e bases, militares da ONU que se encontravam em áreas sob controle deles.

Possíveis Reflexos da Participação Brasileira no Poder Militar e, em particular, no Poder Naval

Desde a criação da ONU em 1945, o Brasil tem participado, embora que de forma modesta, em

operações de paz. A primeira atuação ocorreu no período de 1947 a 1951, quando foram enviados militares brasileiros para a Grécia, com o propósito de observar uma possível intromissão de países vizinhos na guerra civil grega.

Em 1957, tropas do Exército (um Batalhão de Infantaria – “Batalhão Suez”) foram enviadas para a Faixa de Gaza a fim de compor o contingente que se denominou “United Nations Emergency Force I” (UNEF I), que atuou até 1967 na região. Nessa ocasião, coube à Marinha do Brasil o transporte de tropas.

Em 1958, atendendo a solicitações do Líbano e da Jordânia à ONU, em decorrência de surtos de insurreição que ameaçavam a estabilidade da região, o Brasil enviou apoio aéreo através da Força Aérea Brasileira (FAB).

Em 1960, aviões de transporte da FAB prestaram apoio logístico à missão “Opération des Nations Unies au Congo” (ONUC), no então Congo Belga.

Durante a década de setenta, a ONU caracterizou-se por sustentar uma postura de “neutralidade” em relação aos conflitos existentes. Nessa ocasião, poucas operações de paz foram executadas.

Com a desintegração da União Soviética, e a conseqüente queda do regime comunista, a ONU assumiu uma posição de destaque no cenário

mundial, especialmente na intermediação e busca de soluções para as crises. Desde 1988, as Nações Unidas vêm patrocinando a manutenção de forças de paz distribuídas em quase todos os continentes, mobilizando, assim, considerável contingente militar.

Em 1992, com a criação da UNPROFOR, a ONU recorreu ao Brasil, solicitando a participação das Forças Armadas para atuarem como Observadores Militares (UNMOs) e de policiais-militares para o contingente de Monitores Policiais. Desde o início da missão até o final de 1995, o Brasil já havia enviado cerca de 100 Observadores Militares da UNPROFOR, que perfaziam, na ocasião, um efetivo de mais de 600 oficiais dos mais diversos países. O atual contingente brasileiro na ex-Iugoslávia é de 09 oficiais, em decorrência da retração da missão.

Não obstante, os inúmeros cursos e exercícios realizados pelos oficiais ao longo de suas carreiras, parece inquestionável a experiência adquirida em operações reais. Como característica básica das forças de paz, os Observadores realizam o trabalho em conjunto com oficiais de outros países, alguns dos quais com longa experiência em missões da ONU. Essa convivência com grupos heterogêneos, constitui um excepcional aprendizado para os oficiais brasileiro

Ressalta-se a possibilidade de

acesso, pelos Observadores, a equipamentos militares de avançada tecnologia, tais como: sistemas de transmissão de dados via satélite, radares de movimento de tropas no terreno e equipamentos de visão noturna. Com referência aos aspectos operacionais, o UNMO tem como uma de suas tarefas realizar patrulhas e manter postos de observação junto às linhas de confrontação, com o propósito de coletar dados referentes a: movimentação de forças, posição e nível de atividade de bases e instalações militares, disposição de tropas e armamento. Posteriormente, essas informações são analisadas e transformadas em apreciações sobre a situação corrente das forças beligerantes.

Os UNMOs também participam, de maneira ativa, na ligação com as autoridades militares locais, visando a intermediação de acordos de cessar-fogo, investigações sobre violações dos direitos humanos e troca de prisioneiros de guerra, possibilitando, dessa forma, o pleno exercício da capacidade de negociações.

Embora os militares da Marinha não tenham participado nas operações navais que se desenvolveram no Mar Adriático, a experiência adquirida com o envio de Observadores Militares, certamente refletirá de forma positiva no adestramento e preparo dos oficiais, independente de Corpo ou Poder

Militar e Naval brasileiro.

Conclusão

A guerra civil na ex-Iugoslávia é assunto de natureza complexa e de difícil solução. Notadamente, as questões situam-se na República da Bósnia-Herzegovina, onde o conflito assumiu maiores proporções, com danos consideráveis, especialmente, para a população civil.

As forças da ONU tiveram inúmeras dificuldades para mediação do conflito naquela região, permitindo uma maior reflexão quanto ao emprego da forças da paz em áreas onde efetivamente não existem condições para o restabelecimento da mesma. Cabe ressaltar que, por definição da própria Organização das Nações Unidas, o engajamento militar em uma Operação de Paz só ocorre para controlar o processo da pacificação, após o fim das hostilidades entre as forças antagonicas, fato que não ocorreu na Bósnia.

Por outro lado, as tropas da OTAN que substituíram as da ONU em dezembro de 1995, na Bósnia-Herzegovina, para implementação do estabelecido pelo “Acordo de Dayton”, também vem encontrando óbices para monitorar o cumprimento da todas as etapas definidas por aquele documento. Com um mandato inicial, previsto para um ano, a IFOR teve prorrogado, em

dezembro de 1996, sua participação por mais um ano.

Os principais problemas que se apresentam na República da Bósnia-Herzegovina e que dificultam o longo processo de pacificação são, especificamente:

- retorno de refugiados às suas cidades de origem;
- restauração da infraestrutura das cidades e vilarejos atingidos pela guerra, durante quatro anos;
- desminagem de campos e estradas e desarmamento da população civil; e
- restabelecimento do Estado com a realização de eleições livres e democráticas.

No que tange ao conflito entre a Sérvia e a Croácia, e que se refere, basicamente, à área ocupada na Região da Eslavônia Ocidental, está previsto pelo “Acordo de Dayton”, sua devolução à República a Croácia até dezembro de 1997. Observadores Militares da ONU ainda permanecem na região, monitorando os acontecimentos.

Quanto à participação brasileira na UNPROFOR, cabe ressaltar que, dentro da nova ordem mundial, o Brasil vem realizando esforços em sua política externa com o propósito de obter maior representatividade junto a organismos internacionais, dentre os quais se destaca a ONU. Através dessa política, pretende

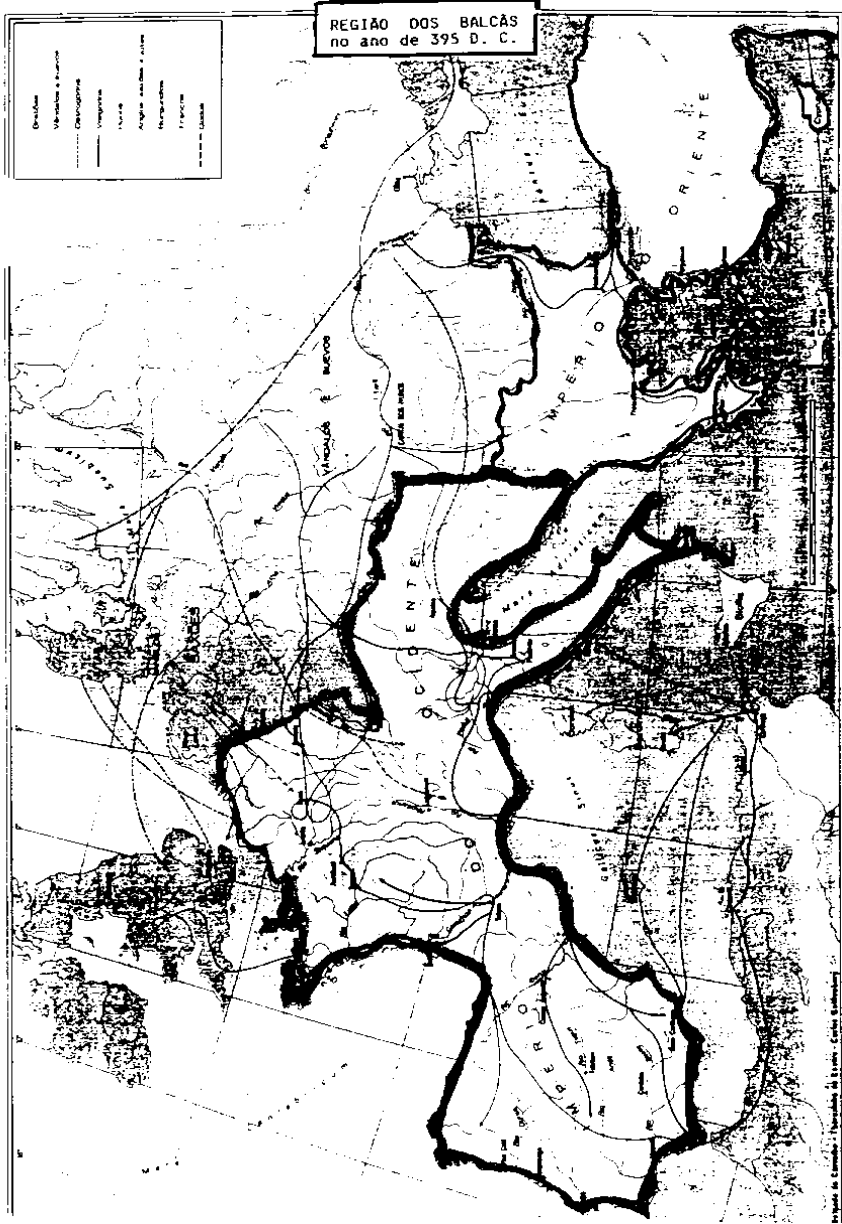
postular um lugar permanente no Conselho de Segurança, firmando sua posição de liderança no contexto dos países da América Latina. Assim sendo, o Brasil tem respondido afirmativamente a maior parte das solicitações formuladas por aquele organismo internacional, no que concerne ao envio de pessoal para missões de paz. Cumpre ao autor mencionar que em 1996, em documento publicado pela Presidência da República, intitulado Política de Defesa nacional, é enfatizada a participação das Forças Armadas em operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais.

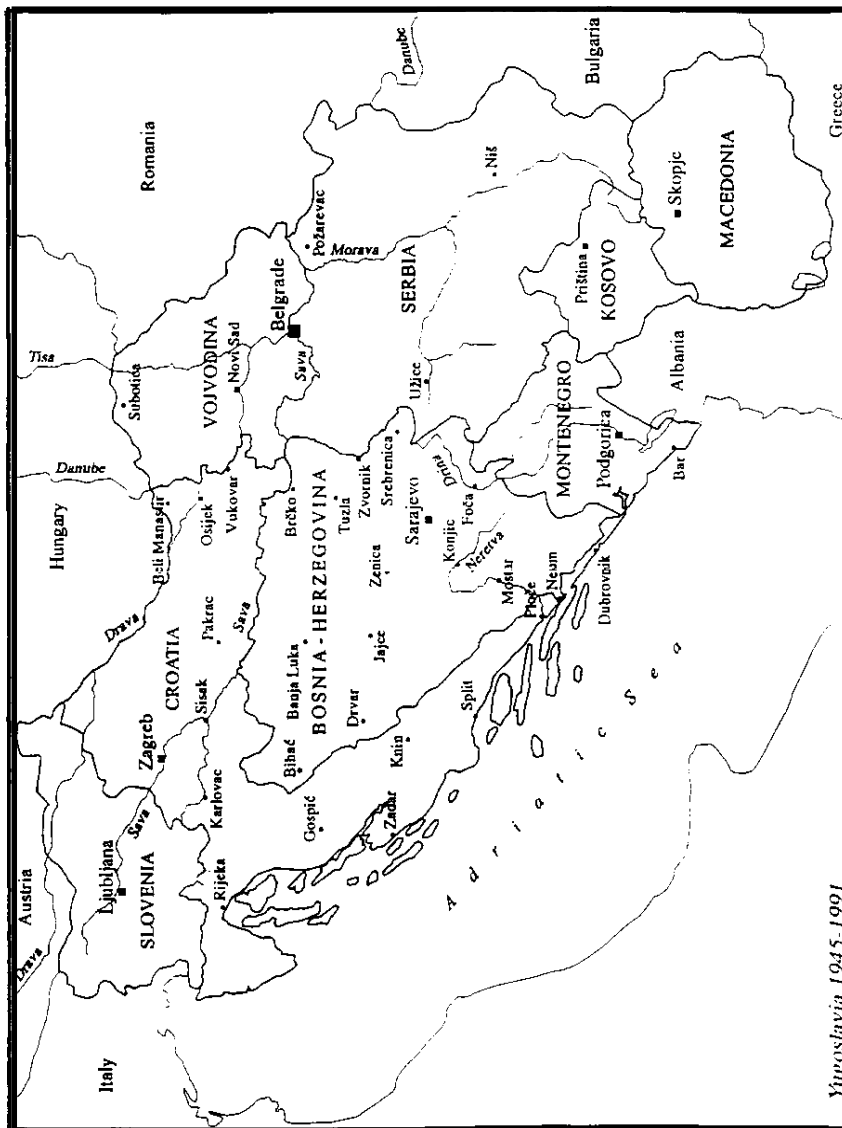
Entretanto, faz-se necessário um maior envolvimento das Forças Armadas e de outros setores gover-

namamentais, no que tange à preparação do pessoal, disponibilidade de meios e recursos que possibilitem o seu eficiente emprego em operações de paz. No caso específico da Marinha, além do envio de Observadores, a contribuição tem ocorrido apenas através do apoio no transporte de tropas, e, recentemente, no envio de um contingente de fuzileiros navais a Angola.

Com o desenvolvimento de operações de paz que se utilizam do fator coerção, como foi o caso da UNPROFOR, existe a possibilidade de um maior engajamento de forças navais, permitindo, assim, que essas adquiram experiência e possam efetivamente contribuir para o preparo e fortalecimento dos poderes Militar e Naval brasileiros.

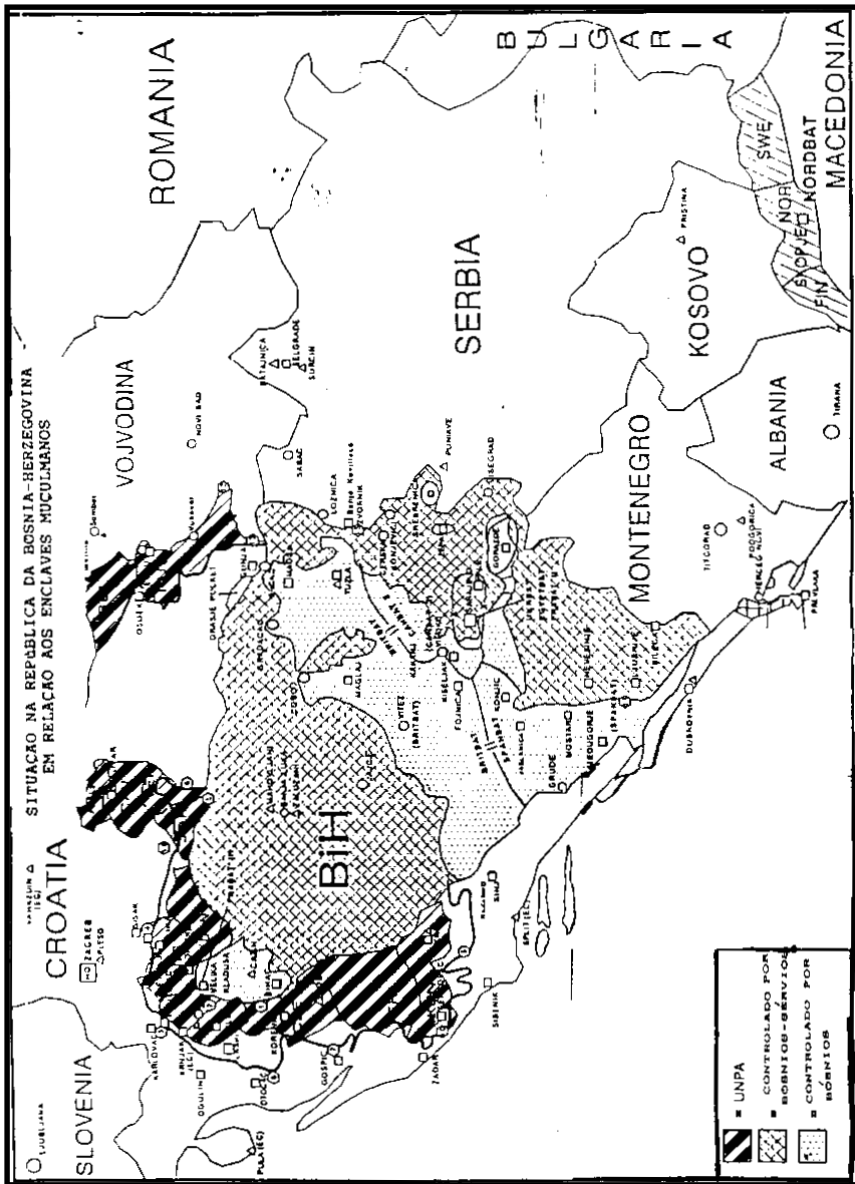
(*) *Capitão-de-Fragata (QC-CA) - Adjunto DAI*





REPÚBLICA DA CROÁCIA, APÓS A CRIAÇÃO DAS ÁREAS
SOB PROTEÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNPAs)





NOVA DIVISÃO DA REPÚBLICA DA BÓSNIA-HERZEGOVINA
APÓS O ACORDO DE DAYTON - NOVEMBRO DE 1995

ANEXO E

